

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Por serviços bancários de terceiros .....	1 347	840	1 521	412
Por operações realizadas por terceiros .....	4 345	4 080	1 283	1 071
Outras comissões .....	3 965	19	4 667	—
	<u>9 657</u>	<u>7 471</u>	<u>1 483</u>	<u>47 350</u>
	47 350	29 362	32 121	22 111

55 — Lucros e prejuízos em operações financeiras:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
<b>Lucros em operações financeiras:</b>				
Lucros e diferenças de reavaliação da posição cambial .....	67 835	29 647	82 261	29 733
Lucros em operações sobre disponibilidades .....	1	1	—	—
Lucros e diferenças de reavaliação de aplicações .....	5 294	3 605	8 531	6 072
Lucros e diferenças de reavaliação em recursos alheios .....	—	—	—	—
Lucros em operações extrapatrimoniais .....	5 970	28	1 806	50
Outros lucros e proveitos .....	5 568	—	2 277	—
	<u>84 668</u>	<u>33 281</u>	<u>94 875</u>	<u>35 855</u>
<b>Prejuízos em operações financeiras:</b>				
Prejuízos e diferenças de reavaliação da posição cambial .....	63 966	27 076	74 262	22 962
Prejuízos e diferenças de reavaliação de aplicações .....	2 174	771	1 437	176
Custos em operações extrapatrimoniais .....	6 359	639	1 293	53
Outros prejuízos .....	390	—	178	—
	<u>72 889</u>	<u>28 486</u>	<u>77 170</u>	<u>23 191</u>
	11 779	4 795	17 705	12 664

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *António Coelho Marinho*, vogal — *José Manuel Fragoso de Sousa*, vogal — *Armando José Fonseca Pinto*, vogal — *José Luís Pinto da Silva*, vogal — *Abdool Magid Abdool Karim Vakil*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

## Proposta de aplicação de resultados

Nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado do exercício, no montante de 12 328 162,65 euros, tenha a seguinte aplicação: para reserva legal 1 232 816,27 euros, para resultados transitados 3 009 093,38 euros, para distribuição de dividendos 7 100 000 euros e para distribuição pelos colaboradores 986 253 euros. O resultado consolidado foi de 34 457 milhares de euros.

1 de Março de 2005. — O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *António Coelho Marinho*, vogal — *José Manuel Fragoso de Sousa*, vogal — *Armando José Fonseca Pinto*, vogal — *José Luís Pinto da Silva*, vogal — *Abdool Magid Abdool Karim Vakil*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)  
2008927660

## COMPTA — EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S. A.

### Relatório n.º 13-Q/2007

Sede social: Avenida José Gomes Ferreira, 13, Algés.  
Capital social: 15 000 000 de euros.  
Pessoa colectiva n.º 500069891.  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, sob o n.º 15 482.

Cândida Maria Coelho Borralho Reis, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Cascais, certifica que foram depositados os documentos de prestação de contas consolidadas do ano de 2003, em relação à sociedade em epígrafe.

Está conforme o original.

14 de Abril de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Cândida Maria Coelho Borralho Reis*.

## Relatório e contas consolidadas de 2003

### Relatório do conselho de administração

#### Informação geral sobre a actividade da empresa e restantes empresas englobadas na consolidação

No cumprimento do normativo em vigor, o conselho de administração da Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A., vem prestar informação sobre a actividade da empresa, bem como das restantes sociedades englobadas na consolidação de contas, em relação ao exercício de 2003.

Em relação ao grupo de empresas objecto da consolidação de contas, os factos mais relevantes ocorridos no exercício em apreço podem sintetizar-se nos seguintes números (em euros):

#### Investimentos e desinvestimentos:

Imobilizado incorpóreo .....	(481 882)
Imobilizado corpóreo .....	1 110 500
Imobilizado financeiro .....	195 354

#### Operações financeiras (acréscimo líquido no período):

De curto prazo .....

(4 650 324)

Volume de negócios .....

27 686 276

#### Custos mais significativos:

Custos com o pessoal .....

7 942 154

Amortizações .....

3 759 565

Resultados financeiros .....

(1 093 548)

#### Outros elementos:

Valor global das provisões para créditos de cobrança duvidosa .....

2 142 986

230 pessoas ao serviço no final do período.

De seguida é apresentada uma análise mais detalhada do que foi a actividade de cada uma das sociedades englobadas na consolidação:

## 1 — Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.

### 1.1 — Actividade comercial

Manteve-se no exercício de 2003 o clima de recessão no mercado e na economia que já se vinha defrontando de há dois anos a esta parte. A economia portuguesa não reflectiu ainda a anunciada saída da crise. Têm-se atravessado períodos em que incipientes sinais pareciam apontar para tal mas, a seguir, voltam a surgir indicadores apontando num sentido negativo.

Assim, no exercício de 2003 a procura manteve-se em retração, com reflexos muito negativos para toda a economia em geral e particularmente penalizadora dos fornecedores de produtos à área das telecomunicações, sector onde a Compta desenvolve parte substancial da sua actividade. A Compta é um reconhecido fornecedor de soluções integradas para as áreas das telecomunicações e de sistemas de informação para médias e grandes empresas e também como prestadora de serviços, quer no campo das telecomunicações quer no das tecnologias de informação. Está, pois, situada numa área de negócio fortemente afectada pela recessão.

Natural e consequentemente em períodos que apresentam os contornos acabadas de referir a concorrência exacerba-se, os clientes procuram, legitimamente, tirar partido da situação, as condições de comercialização, nomeadamente os prazos de pagamento, degradam-se e tudo isto acaba por se fazer reflectir nas margens e nos resultados.

Em 2003 o volume de negócios foi de 22,6 milhões de euros, situando-se cerca de 12% aquém do registado no exercício anterior. A quebra fez-se sentir nas áreas dos produtos (12,3 milhões de euros contra 13,5 em 2002) e dos serviços (10,4 milhões de euros contra 12,3 no ano anterior).

A margem média de comercialização situou-se na ordem dos 19,5% no exercício em apreço, a nível sensivelmente idêntico ao do ano anterior.

Quanto à área da prestação de serviços continuaram a realizar-se investimentos de monta, fundamentalmente na formação dos colaboradores, em ordem à melhoria da qualidade de serviços, assumindo custos cujos proveitos associados se projectam nos exercícios futuros.

### 1.2 — Estratégia

A Compta oferece ao mercado vasto e diversificado leque de soluções e serviços cobrindo as áreas das redes multiserviço ATM, *frame relay* e TCP/IP, redes locais com e sem fios (*wireless lan*), redes ADSL, gestão e operação de redes e de sistemas, Voz sobre IP, vídeo sobre IP, equipamento para teste de redes, *contact centers*, sistemas de resposta interactiva por voz (IVR), CRM, *data minning* e *data warehousing*, *help desk*, gestão de conteúdo, arquivo e *workflow*, *business integration*, segurança de redes e de sistemas de informação, apresentação e pagamento electrónico de documentos (EBPP), vídeo comunicações, segurança, etc.

A oferta da Compta desenvolve-se não apenas através da actividade comercial junto dos utilizadores finais de tecnologia mas também duma actuação indirecta, em parceria com operadores de telecomunicações, consultores e grandes fabricantes internacionais. Neste sentido, tem apostado na consolidação de parcerias com entidades de reconhecida notoriedade, nomeadamente as que já celebrou e oportunamente publicitou com a Lucent Technologies, IBM, etc.

Nas soluções que disponibiliza ao mercado, a Compta inclui produtos de alguns dos principais *leaders* mundiais no mercado das tecnologias de informação, com os quais mantém um relacionamento privilegiado, destacando-se entre eles, Allot Communications, Altitudo Software, Angoss, Apple Checkfree, Cirpack, Cisco Systems, DataPulse CT1, eWare, Emblaze, Filenet Corporation, Genesys Labs, IBM, mtervoice/Brite, ISS, Juniper Networks, Lucent Technologies, Mercom, Microsoft, Multitech, Nokia, Nortel Networks, Oracle, Remedy, Seebeyond, Sonns Networks, Sun Microsystems, Tellabs, Trend Communications, Vanguard MS, etc.

Continua-se a apostar no lançamento de novos produtos, de tecnologias de ponta e dirigidos a nichos de mercado, cujo reflexo esperável venha a tornar-se mais significativo nos próximos exercícios. Tem-se investido com muito interesse na pesquisa desses produtos, com o objectivo consolidação da Compta como agente dos mais importantes nestes mercados bem como a necessidade de obtenção de margens mais confortáveis. Na área da comercialização dos produtos e estudo das soluções integradas, manteve-se a política que tem sido preocupa-

ção da empresa — inovação, qualidade, imaginação na concepção e segurança das soluções e eficácia na prestação de serviços.

No âmbito da reestruturação da Compta iniciada em 2001, consolidou-se o trabalho de análise sobre a estrutura, os processos e métodos, bem como o desenvolvimento de novas parcerias e produtos. Este objectivo já se fez sentir em 2002 e 2003, só não sendo mais claramente evidente o seu reflexo nos resultados devido à influência dos enunciados factores adversos. Permitiu, contudo, minimizar os efeitos da conjuntura nos resultados operacionais. A necessidade de implantação acelerada destas acções tornou-se mais premente na medida em que se teve de adequar e articular a diminuição significativa do quadro de colaboradores com início no último trimestre de 2002, com o programa de *lay-off* parcial que se prolongou até Maio de 2003.

### 1.3 — Análise económica e financeira

Mau grado os factores adversos já anteriormente descritos e que conduziram ao decréscimo do volume de actividade, foi possível melhorar os resultados operacionais, que acabaram por fixar-se nos 630 000 euros, contra, os 119,4 mil euros apurados em 2002. O resultado líquido do exercício mostrou-se ainda negativo, na ordem dos 689 000 euros, fundamentalmente devido à desfavorável influência, embora positiva, dos ganhos em empresas do Grupo, da ordem dos 1,6 milhões de euros, entre os anos de 2002 e 2003.

A conjuntura vivida, com toda a imprevisibilidade associada, gera desequilíbrios na economia de exploração das empresas, caracterizada pelas maior ou menor rigidez dos custos em confronto com a incerteza dos proveitos.

Na vertente custos dependentes da gestão, têm-se tomado decisões de maior controlo e contenção ajustadas à situação.

No que respeita aos proveitos investe-se na procura de novos produtos, com características mais favoráveis e conformes com as necessidades dos clientes, acções estas que, normalmente, só produzem resultados a prazos mais dilatadas.

Face às circunstâncias referidas foi accionado, já em 2002 e que se prolongou a 2003, um plano de reestruturação visando adequar o mais possível, custos aos proveitos, com o objectivo de restabelecer o desejável equilíbrio na exploração. A concretização do plano passou pela adopção de medidas no âmbito do objectivo incrementar proveitos (pesquisa de novos produtos e mercados) e conter custos (controlo e rigor).

Não obstante esta evolução de economia de exploração agravada ainda pelo prazo médio dos recebimentos superior em cerca de 45 dias ao dos pagamentos, foi possível regredir o passivo total em cerca de 3,2 milhões de euros, sendo 2,1 milhões de euros de passivo remunerado e 1,1 milhões de euros de passivo não remunerado.

O decréscimo dos capitais circulantes foi mais do que proporcional à quebra de actividade, atingindo cerca de 4,8 milhões de euros em resultado da rigorosa gestão na rotação dos stods e prazos médios de recebimentos e de pagamentos que se saldaram por reduções, respectivamente, de 50 dias e de 15 dias.

### 1.4 — Investimentos e desinvestimentos

Salvo raras excepções, a Compta não se limita a fornecer um produto — v.g., um *modem*, uma central telefónica, etc. — em condições idênticas às que seguem, por exemplo, os simples distribuidores/importadores. Procura responder às solicitações do mercado em que actua, solicitações essas que, pelo seu lado, também raramente se limitam ao pedido de fornecimento de um simples produto. O fornecimento de, por exemplo, um *contact center*, não se restringe à simples entrega de uma central telefónica; envolve muitíssimo mais! Desde o conhecimento das finalidades do centro, dos diversos equipamentos que podem compô-lo e dos softwares apropriados. Projectos deste tipo seguem, normalmente, os princípios da chave na mão.

Os clientes da Compta são, fundamentalmente, os operadores de telecomunicações, o mercado financeiro (bancos e seguradoras), grandes empresas e o Estado. As suas necessidades, desde as redes de telecomunicações até às soluções mais complexas, envolvendo a conjugação de *software* e *hardware*, aspectos de segurança, etc., carecem de respostas que, necessariamente, têm subjacente profundo conhecimento das disponibilidades do mercado fornecedor de equipamentos, do domínio das linguagens e ferramentas apropriadas e das possibilidades de concatenação de todos estes meios.

Diz-nos a experiência de mais de 30 anos neste mercado que, normalmente, uma solução montada para responder a uma solicitação concreta tem fortes probabilidades de poder ser aplicada, com as necessárias adaptações, as outras solicitações. Isto é, salvo raras excepções, uma solução não se esgota num negócio e, portanto, o custo suportado

para a sua montagem pode, e deve, ser repartida no tempo, na presunção de que, desta forma, se procura adequar os custos aos proveitos por via do sistema de imobilização desses custos e das amortizações que em cada período contabilístico se consideram como custo.

Acresce que estes negócios mais significativos são geradores de contratos de manutenção e assistência que, naturalmente, se prolongam ao longo do tempo. Considera-se, assim, que uma componente importante dos custos suportados na preparação do projecto ou solução são recuperados por esta via e, portanto, ao longo de períodos que extravasam largamente o da simples venda da solução.

No exercício foram realizados investimentos num valor muito significativo, nomeadamente na área operacional em R&D, formação de pessoal, pesquisa de novos produtos e mercados e equipamentos para reposição e aluguer. No âmbito da reorganização da Compta, face às novas variáveis do mercado, a empresa envolveu os seus recursos na definição da missão, estratégia e objectivos de curto e médio prazo. Trabalhou sobre a estrutura, os processos e métodos, bem como no desenvolvimento de novas parcerias e produtos. Este trabalho ainda não influenciou a actividade de 2003 cujos benefícios esperados só se repercutirão nos próximos exercícios. Neste contexto, situou-se em cerca de 2,1 milhões de euros o valor do esforço desenvolvido e dos custos suportados que ainda não contribuíram para o negócio de 2003, tendo sido efectuada a sua contabilização em imobilizado corpóreo e incorpóreo, política esta que tem vindo a ser consistentemente adoptada. Entretanto, tendo-se constatado que a algumas imobilizações incorpóreas efectuadas em exercícios anteriores não corresponderam os proveitos esperados e embora estejamos convictos de que ainda poderão gerar algumas vendas, procedeu-se ao seu *wright-off*, num total de 2,5 milhões de euros.

Foi decidido promover a avaliação da totalidade do parque imobiliário afecto ao funcionamento da empresa, tendo presente o tempo decorrido desde as respectivas aquisições, compreendendo os edifícios da sede, da sucursal do Porto e do armazém de Benfica, de modo a permitir que o balanço reflecta com maior rigor a situação patrimonial da sociedade. Para o efeito recorreu-se a entidade idónea e independente, a Luso-Roux, S. A.

Face aos resultados apurados, tendo por base o valor corrente de mercado, procedeu-se a uma reavaliação livre destes activos imobilizados corpóreos, de acordo com o previsto na directriz contabilística n.º 16, tendo originado uma reserva de reavaliação de 1 225 699 euros.

No período em apreço, os desinvestimentos atingiram 70 000 euros, correspondentes a abates ao imobilizado corpóreo, de bens alienados ou obsoletos. Procedeu-se ao abate dos activos incorpóreos registados em anos anteriores a 1999.

Por se entender mais adequado ao período de vida esperado para as imobilizações incorpóreas que se vêm efectuando, foi adoptado o critério de, relativamente às de 2003, utilizar as taxas mínimas previstas no Código do IRC. As amortizações contabilizadas como custo ascenderam a 3,2 milhões de euros, abrangendo os imobilizados corpóreo e incorpóreo — operações financeiras.

### 1.5 — Outros elementos

Tendo em conta os riscos de crédito, considerados reduzidos, julga-se adequado o nível das provisões criadas.

As existências continuam a apresentar um valor despiendo face ao volume de actividade, representando uma rotação média de 15 dias.

O quadro de colaboradores regista evolução em consonância com a retracção da actividade, de 176 no início do ano para 166 no final.

Em 31 de Dezembro, a sociedade detinha em carteira acções próprias, cujo valor de aquisição se encontra abatido aos capitais próprios no balanço.

A situação líquida em 31 de Dezembro situou-se a nível inferior a metade do capital social. Para ultrapassar esta situação o conselho de administração tenciona, em momento oportuno, adoptar providências de saneamento, após consulta aos seus accionistas.

Já em 2004 o administrador João Arnaldo Rodrigues de Sousa e Hélder José Mendonça Braz renunciaram aos cargos de vogais deste conselho. É proposta à assembleia geral a redução do conselho, de sete para cinco membros.

### 1.6 — Perspectivas

Espera-se que em 2004 se assista à inversão da situação que tem sido vivida e que se possa sentir um crescimento da actividade na área dos serviços e dos produtos. Admite-se alguma recuperação nas margens médias de comercialização, face ao estorço desenvolvido na obtenção de novos produtos e de penetração em novas áreas de mercado.

## 1.7 — Práticas do governo societário

Em anexo é apresentado um relatório sobre o assunto em epígrafe.

### 2 — Compta B2B — Tecnologias de Informação, S. A.

Trata-se de uma *start-up* que iniciou a actividade em 2001. Foi criada com o objectivo de complementar a oferta do Grupo Compta na área das tecnologias e soluções *e-business*, posicionando-se e estruturando-se de forma a prestar um serviço global aos seus clientes, privilegiando sempre relações de parceria estáveis e duradouras.

Durante todo o ano de 2003 a empresa continuou a sua actividade nos EUA, em parceria com o Bcpbank. Esta parceria permitiu consolidar os produtos desenvolvidos em conjunto e a sua divulgação a algumas áreas de mercado. Tendo sido um ano particularmente difícil, a empresa, mantendo os seus cinco colaboradores permanentes, conseguiu um volume de facturação de cerca de 448 000 euros, o que corresponde a um crescimento de cerca de 16% relativamente a 2002.

Para o ano de 2004 a empresa conta desenvolver a sua actividade em duas direcções, no mercado dos EUA, continuando a sua parceria com o Bcpbank para a prestação de serviços e para o desenvolvimento e comercialização de produtos para a área bancária e no mercado nacional, em colaboração com a Compta, na comercialização dos seus produtos e serviços no mercado nacional.

### 3 — E-Tempus, SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.

A E-Tempus — SGPS, acompanhou o desenvolvimento da actividade das participadas e nos casos em que se mostrou necessário e ou aconselhável, dotou-as com os recursos financeiros considerados adequados, continuando a apoiar a gestão quando necessário.

Na fase recessiva que a economia mundial e também a portuguesa atravessam, manteve-se a política de redução da carteira de investimentos.

Assim, relativamente ao exercício de 2003 e no que toca à carteira de participações, há a referir as seguintes alienações:

Da participação na Rhmais — Organização e Gestão de Recursos Humanos, S. A.;

Da participação na Multitempo — Empresa de Trabalho Temporário, L.ª;

Da participação na Vallstem — Consultadoria Financeira, L.ª

A empresa apresenta uma situação financeira que lhe permite continuar a sustentar o desenvolvimento dos projectos já lançados. Não está previsto o lançamento de novos projectos.

Relativamente às participadas da E-Tempus, em cuja gestão há maior intervenção, descrevem-se os factos mais relevantes sobre a actividade dessas empresas no ano de 2002 e suas perspectivas.

### 4 — Audio Media — Sistemas e Tecnologias de Informação, S. A.

Durante o período em análise a empresa continuou a sofrer acções de reestruturação que passaram, nomeadamente, pela racionalização de meios humanos, implementação de sistemas de controlo e focalização do negócio em nichos de mercado ajustados à sua dimensão.

Estas acções criaram condições para a execução de trabalhos mais exigentes e conseqüentemente uma subida das margens brutas operacionais. Prevê-se para o início de 2004 a admissão de um elemento para a área comercial tendo em vista o alargamento da carteira de clientes.

Em 2003 a facturação atingiu os 462 052 euros.

### 5 — Comprading — Companhia de Comércio e Serviços, S. A.

Durante o período em análise constatou-se uma quebra acentuada do mercado de audiovisuais no 1.º semestre.

O 2.º semestre denotou uma substancial melhoria da facturação resultante de obras realizadas em auditórios que foram equipados pela Comprading nas componentes de luz e áudio.

No último trimestre notou-se também um aumento da procura de equipamento na área das comunicações. As perspectivas para 2004 parecem relativamente animadoras.

Em relação ao mercado externo e por força da falta de financiamento, continua-se sem concretizar qualquer operação apesar das diversas tentativas para desbloquear tal situação.

A facturação somou 530 000 euros, o que representa um acréscimo de 13% relativamente ao exercício anterior.

#### 6 — Data Bolsa — Base de Dados e Telecomunicações, S. A.

Esta sociedade exercia actividade como prestadora de serviços na área das telecomunicações, nomeadamente através da exploração de um nó de comunicações internacionais. Muito embora se encontre neste momento inactiva, procura-se potenciar novos produtos e serviços de modo a permitir uma oferta qualitativa e competitiva em termos de mercado.

#### 7 — Dez — Desenvolvimento Empresarial, S. A.

A Dez actua como prestadora de serviços às empresas nos campos da contabilidade, auditoria, apoio fiscal e jurídico, etc. Tem como clientes as empresas do Grupo bem como outras que com ele não tem qualquer relação de dependência.

Com o decréscimo de actividade dos seus clientes, alguns dos quais em situação de inactividade, a facturação apresenta-se em fase decrescente e os resultados reflectem, também, essa situação. Para contrariar esta tendência estão-se a desenvolver esforços de angariação de novos clientes.

#### 8 — Imotron — Edifícios Inteligentes, S. A.

A fanotron, em 2003, manteve actividade nas áreas de negócio tradicionais, fornecendo e instalando infra-estruturas de comunicações e sistemas de segurança e executando serviços de manutenção em diversos sectores, nomeadamente na banca, administração pública, operadores de telecomunicações, Forças Armadas, empresas de serviços e indústria.

A situação recessiva do mercado tem-se reflectido na actividade da Imotron que defronta dificuldades de ampliação do seu volume de negócios e, sob o ponto de vista financeiro, de cobrança dos seus fornecimentos já que se assiste a uma dilatação dos prazos médios de pagamento praticados no mercado.

A empresa continua a apostar na área dos sistemas de segurança electrónica procurando tirar partido do contrato de parceria com a Magal, líder no mercado internacional no fornecimento de sistemas integrados de segurança e de detecção perimétrica. As perspectivas são animadoras.

#### 9 — S3 — Sistemas, Software e Serviços, S. A.

Desde o início do ano de 2000 que a S3 deixou de ter actividade. Espera-se concretizar a sua liquidação no ano de 2004.

#### 10 — Spectacolor Portugal — Publicidade Informatizada, S. A.

O ano de 2003 não trouxe alterações significativas relativamente ao exercício anterior no que respeita ao comportamento da economia, com os reflexos naturais na actividade da empresa.

A facturação da empresa no período em análise teve uma quebra da ordem dos 6% que ficou a dever-se, fundamentalmente, à desactivação da publicidade em revistas.

A empresa mantém em 2004 a exploração da publicidade nas máquinas ATM, bem como nos comboios da linha de Cascais. Em Dezembro de 2003 e após análise de rentabilidade, foi desactivado o painel electrónico da Rua Tomás Ribeiro.

O resultado Líquido do exercício ultrapassou os 495 000 euros, sendo o *cash-flow* gerado superior a 686 000 euros.

#### 11 — Tecnotron — Sistemas de Automação, S. A.

A Tecnotron não tem conseguido superar a fase de recessão em que o mercado se encontra. Por tal razão foi decidido desactivar a empresa e proceder à sua liquidação o que se espera concretizar em 2004.

#### 12 — THINK — Tecnologias de Informação, L.ª

Não obstante os esforços de penetração no mercado tem-se mostrando especialmente difícil ampliar a carteira de clientes. Mesmo relativamente a projectos já em fase avançada, que obrigaram a investimentos avultados, tem havido por parte dos clientes dilatação nas tomadas de decisão. Estão neste caso alguns projectos de aplicação para troca de encomendas e facturas com um grande retalhista e integração da

informação no SAP, para troca e confirmação de encomendas, via *internet*, aplicação para automatização da gestão operacional de duas grandes unidades fabris, uma das quais no sector automóvel, com *interface web*, aplicação, com *interface web*, para a automatização e gestão de laboratórios de análises clínicas de um grande hospital, etc.

Tem-se procurado incentivar a colaboração com a Compta, aproveitando-se as sinergias da força de vendas da empresa mãe. Admite-se que, a manter-se esta situação, possa vir a equacionar-se a absorção por aquela da actividade da THINK.

#### 13 — Xecomplex — Equipamentos e Serviços, S. A.

O ano de 2003 foi marcado por um clima de pessimismo e de contracção do investimento. O produto interno bruto decresceu (1,3%) face a 2002 resultando fundamentalmente da quebra da procura interna. A quebra do investimento cifrou-se em (9,5%) sendo o agregado que mais contribuiu para a contracção do PIB.

Face à conjuntura de 2003, a Xecomplex operou comercialmente num clima de grande dificuldade o que obrigou ao reforço das áreas de coordenação comercial bem como o recurso à acção de *telemarketing*. Apesar das situações apontadas a Xecomplex teve, por força das acções tomadas, um crescimento da facturação de 11%. Para tal será de destacar a *performance* do centro de impressão que continua com um crescimento de dois dígitos ano após ano.

O resultado líquido do exercício cifrou-se em 247 490 euros

#### 14 — Sociedades liquidadas

Tal como previsto e já referido no relatório do ano transacto, em 2003 concretizou-se a liquidação das seguintes sociedades:

Compta Internacional — Investimentos e Participações, S. A.;  
Datamais — Base de Dados, S. A.;  
Mobitel — Serviços de Telecomunicações Complementares Móveis, S. A.

#### Notas finais

As contas individuais das sociedades acima referidas e englobadas nesta consolidação encontram-se disponíveis na sede da sociedade onde poderão ser consultadas pelos eventuais interessados.

#### Declaração

Os signatários declaram que os elementos inscritos nesta informação para os efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 142-A/91 são verídicos e que não há omissões nem alterações qualitativas e ou quantitativas na mesma.

15 de Abril de 2004. — O Conselho de Administração: *Vitor José Magalhães Assunção*, presidente — *José Eugénio Soares Vinagre*, administrador — *Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa* — administrador-delegado — *Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, vice-presidente — *João Arnaldo Rodrigues de Sousa*, vice-presidente — *Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, administrador — *Hélder José Mendonça Braz*, administrador.

### Anexo ao relatório do conselho de administração

#### Relatório sobre práticas de governo da sociedade

##### CAPÍTULO 0

##### Práticas do governo das sociedades

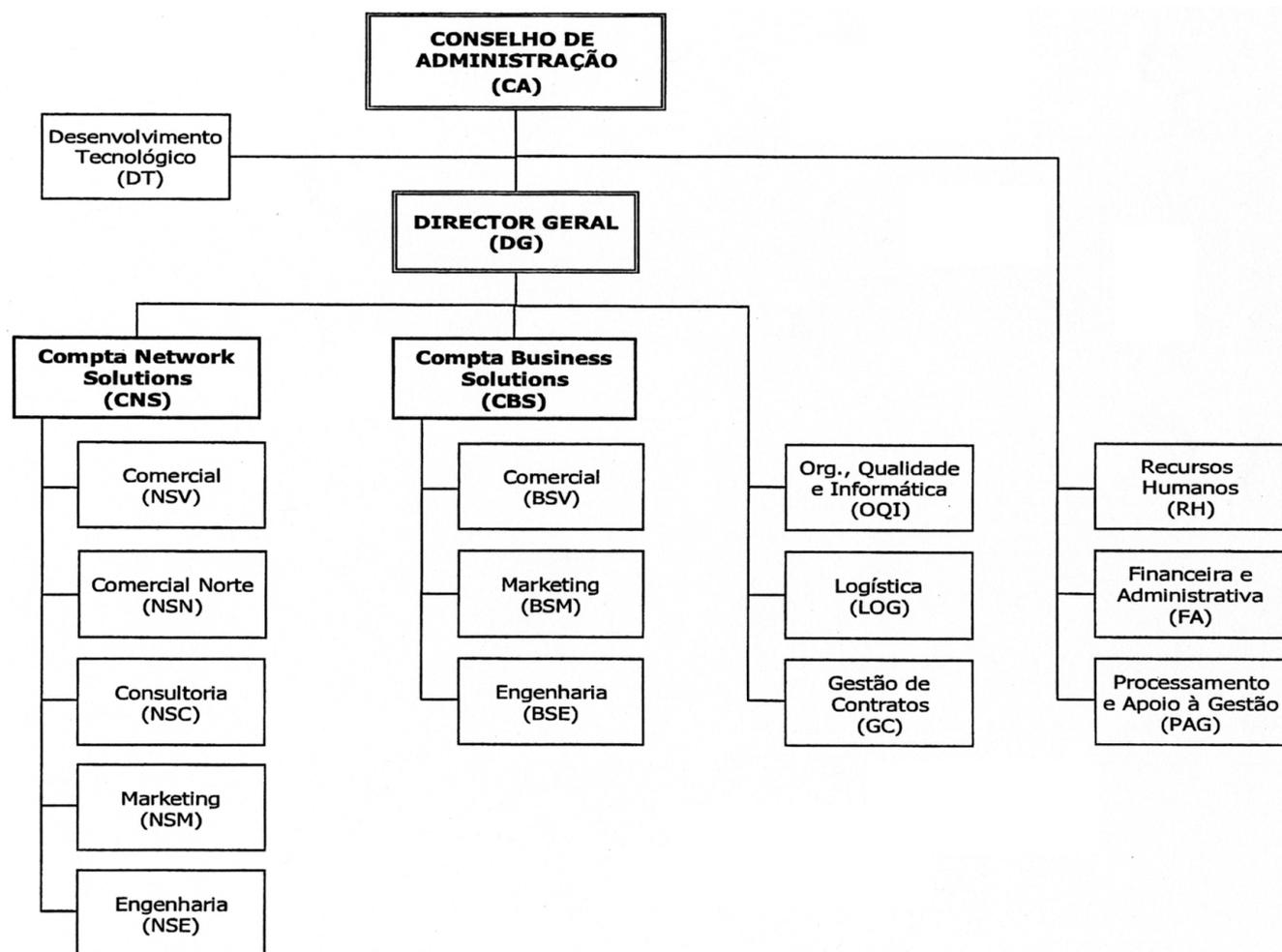
I — A sociedade adopta, na sua generalidade, as recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades.

##### CAPÍTULO I

##### Divulgação da informação

I — Face à retracção do mercado e ao seu reflexo na actividade da empresa, houve que proceder a acertos na organização, ao abrigo dos quais resulta, neste momento, o organograma a seguir apresentado. Está, também, definido um sistema de descrição de funções e um sistema APP (análise do perfil pessoal) e existe um manual do colaborador, documento distribuído a todos os empregados.

## Organograma



2 — No quadro seguinte é mostrado um resumo da evolução da cotação das acções. O último aumento de capital para o dobro, por incorporação de reservas, não deixou, naturalmente, de se reflectir na cotação das acções. Um desempenho menos favorável no 1.º semestre de 2002 terá, também, influenciado a cotação. Para além destes dois casos, cremos que a evolução das cotações traduz as condições prevalecentes no mercado a atravessar uma fase recessiva.

Quadro/resumo da evolução da cotação das acções

Ano de 2002/mês	Número de sessões	Número de operações	Quantidade	Valor (euros)	Cotações					
					Última		Mínima		Máxima	
					Euros	Data	Euros	Data	Euros	Data
Janeiro .....	20	156	22 545	62 617	2,43	31-1-03	2,43	31-1-03	3,09	2-1-03
Fevereiro .....	13	71	5 380	10 805	1,76	28-2-02	1,76	28-2-03	2,52	6-2-03
Março .....	10	42	4 674	8 200	1,76	25-3-03	1,65	25-3-03	1,93	3-3-03
Abril .....	16	56	5 200	8 286	1,62	30-4-03	1,51	4-4-03	1,82	1-4-03
Maió .....	13	46	8 673	10 162	1,61	30-5-03	1,35	8-5-03	1,69	2-5-03
Junho .....	14	116	9-590	14 852	1,54	27-6-03	1,45	25-6-03	1,66	6-6-03
Julho .....	16	95	11 882	18 749	1,55	30-7-03	1,50	3-7-03	1,70	11-7-03
Agosto .....	16	62	10 382	15 405	1,53	29-8-03	1,35	14-8-03	1,58	6-8-03
Setembro .....	12	39	11 292	16 870	1,55	29-9-03	1,40	9-9-03	1,55	9-9-03
Outubro .....	17	50	4-325	6 417	1,49	31-10-03	1,43	6-10-03	1,54	14-10-03
Novembro .....	13	69	16 135	23 568	1,50	28-11-03	1,34	3-11-03	1,61	28-11-03
Dezembro .....	12	72	23 503	39 691	1,65	31-12-03	1,56	29-12-03	1,99	2-12-03
Totais (médias) .....	172	874	133 581	235 622	1,67		1,56		1,89	

Nota. — Nos três últimos exercícios os resultados alcançados não permitiram a atribuição de dividendos, contrariamente à política adoptada anteriormente pois, desde que foi possível, distribuíram-se dividendos e procedeu-se a diversos aumentos de capital por incorporação de reservas.

3 — No presente exercício, face ao prejuízo registado, não é possível considerar qualquer remuneração ao capital.

4 — Não existem nem estão previstos, quaisquer planos de atribuição de opções ou de aquisição de acções.

5 — A sociedade tem disponível uma página na *internet* — *www.compta.pt* — onde põe à consulta do mercado informações de vária natureza — financeiras, comerciais, parcerias, factos mais significativos na vida da sociedade, etc. — que reputa de suficiente interesse para divulgação.

6 — Não existe gabinete de apoio ao investidor. O representante para as relações com o mercado é o administrador José Eugénio Soares Vinagre.

## CAPÍTULO II

### Exercício de direito de voto e representação de accionistas

1 — Não existem regras estatutárias que afastem o direito de voto por correspondência, não estando, no entanto, definido qualquer modelo para o efeito. Não está previsto o exercício do direito de voto por meios electrónicos.

2 — A representação de accionistas nas reuniões da assembleia geral apenas poderá ser feita pelo seu cônjuge, ascendente ou descendente, por outro accionista ou por membro do conselho de administração.

3 — Os instrumentos de representação voluntária, tanto de pessoas colectivas como singulares, deverão ser entregues ao presidente da mesa da assembleia geral até ao terceiro dia útil antes da data prevista para a reunião.

4 — A cada grupo de 100 acções corresponde um voto. Não serão contados votos emitidos por um accionista que, em nome próprio ou

em representação de outro, excedam 10% dos votos correspondentes ao capital.

## CAPÍTULO III

### Regras societárias

1 — Não existem códigos de conduta próprios da sociedade.

2 — A sociedade dispõe de sistema interno de controlo para detecção dos riscos inerentes à actividade da empresa, baseado em auditorias efectuadas, pelo menos, duas vezes por ano.

3 — Não existem limitações ao exercício do direito de voto para além dos fixados no contrato de sociedade — artigo 11.º, n.º 2: não serão contados os votos emitidos por um accionista que, em nome próprio ou em representação de outros, excedam 10% dos votos correspondentes ao capital. Não são conhecidos acordos parassociais.

4 — Não existem na sociedade comissões específicas que possam ser enquadradas no n.º 2 do Capítulo I do anexo do regulamento n.º 11/2003 da CMVM.

## CAPÍTULO IV

### Órgão de administração

1 — Entre os sete administradores da sociedade, quatro deles são independentes em relação aos accionistas dominantes. Dos sete membros, quatro exercem uma orientação permanente em relação à gestão da sociedade e os restantes três são não executivos.

Entidade	Função	Cargo	Funções de administração exercidas noutras sociedades
Vítor José Magalhães Assunção .....	D/E	Presidente	Compta Internacional — Investimentos e Participações, S. A. — presidente do conselho de administração executivo. Tempus International, Ltd. — gerente. E-Tempus SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. — presidente do conselho de administração.
Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção .....	D/E	Vice-presidente	Compta B2B — Tecnologias de Infor., S. A. — presidente do conselho de administração. Compta Internacional — Investimentos e Participações, S. A. — administradora. Dez — Desenvolvimento Empresarial, S. A. — presidente do conselho de administração. E-Tempus International, Ltd. — gerente. E-Tempus, SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. — administradora. Spectacolor Portugal — Publicidade Informatizada, S. A. — presidente do conselho de administração.
Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa .....	I/E	Administrador-delegado	S3 — Sistemas, Software e Serviços, S. A. — presidente do conselho de administração.
João Arnaldo Rodrigues de Sousa .....	I/E	Vice-presidente	Compta Internacional — Investimentos e Participações, S. A. — administrador. Comptrading — Companhia de Comércio e Serviços, S. A. — presidente do conselho de administração. Dez — Desenvolvimento Empresarial, S. A. — administrador. E-Tempus International, Ltd. — gerente. E-Tempus, SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. — administrador. Imotron — Edifícios Inteligentes, S. A. — presidente do conselho de administração. S3 — Sistemas, Software e Serviços, S. A. — administrador. Spectacolor Portugal — Publicidade Informatizada, S. A. — administrador. Tecnotron — Sistemas de Automação, S. A. — administrador. VA — Consultores de Gestão, S. A. — administrador único. VA2 — Gestão Imobiliária, S. A. — administrador único. VA5 — Imobiliário, S. A. — administrador único.

Entidade	Função	Cargo	Funções de administração exercidas noutras sociedades
José Eugénio Soares Vinagre .....	I/NE	Administrador	—
Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção .....	D/NE	Administrador	—
Hélder José de Mendonça Braz .....	I/NE	Administrador	—

*Notas:*

D — Accionistas dominantes; I — Accionistas independentes; E — Administradores executivos e NE — Administradores não executivos.

As auditorias foram liquidadas, no exercício de 2003, as verbas a seguir indicadas (sem IVA), a título de remuneração dos serviços prestados, não tendo havido quaisquer outras relações:

12 × 1525 euros = 18 300 euros — honorários;  
 2 × 7500 euros = 15 000 euros — honorários relativos ao parecer do auditor externo;  
 2 × 6200 euros = 12 400 euros — trabalhos adicionais para emissão do parecer de auditor externo;  
 Total: 45 700 euros.

2 — Está prevista a redução do conselho de administração para cinco membros, dos quais três executivos e os restantes dois não executivos.

3 — Os administradores executivos e não executivos reúnem-se com regularidade, pelo menos mensalmente, para análise da orientação da sociedade. Os administradores executivos trocam impressões diariamente, apenas reunindo de um modo formal quando algum assunto o exija.

4 — No exercício de 2003 reformulou-se a composição da comissão executiva que passou a ser composta pelos dois vice-presidentes e pelo administrador-delegado.

5 — O conselho de administração reúne-se quinzenalmente com os assessores da administração e com o director geral, passando em revista a actividade desenvolvida na quinzena, analisando as perspectivas e equacionando as medidas que se imponham.

6 — Não existem comissões de controlo internas.

7 — Os membros da administração não têm as suas remunerações dependentes directamente dos resultados da sociedade.

8 — As condições remuneratórias são fixadas por uma comissão de vencimentos, eleita pelos accionistas. Nunca foi proposto qualquer plano de atribuição de acções ou de opções de sua aquisição e não está previsto para um futuro próximo.

Administradores	Remunerações auferidas (euros) (a)		
	Parte fixa	Parte variável	Total
Executivos .....	678 036	—	678 036
Não executivos .....	86 096	—	86 096
<b>Totais .....</b>	<b>764 132</b>	<b>—</b>	<b>764 132</b>

(a) Já deduzidas da afectação do *lay-off* prevaleceu até Abril de 2103.

**Anexo**

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 250.º do Código dos Valores Mobiliários, dispensou a publicação das contas individuais.

Os documentos de prestação de contas alvo desta dispensa encontram-se disponíveis para consulta, juntamente com os restantes, na sede desta sociedade, de acordo com o estabelecido pelo Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração: *Vitor José Magalhães Assunção*, presidente — *José Eugénio Soares Vinagre*, administrador — *Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa* — administrador-delegado — *Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, vice-presidente — *João Arnaldo Rodrigues de Sousa*, vice-presidente — *Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, administrador — *Hélder José Mendonça Braz*, administrador.

**Balances consolidados em 31 de Dezembro de 2003 e 2002**

## ACTIVO

(Em euros)

Notas	2003			2002	
	Activo bruto	Amortizações e provisões acumuladas	Activo líquido		
<b>Imobilizado:</b>					
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
Despesas de instalação .....	25 e 27	3 439 933,34	1 418 615,10	2 021 318,24	1 114 318,51
Despesas de investigação e desenvolvimento .....	25 e 27	7 233 730,68	2 701 938,18	4 531 792,50	3 528 578,13
Propriedade industrial e outros direitos .....	27	2 260,87	688,82	1 572,05	2 590,56
Outras imobilizações incorpóreas .....	27	3 378 569,88	2 744 488,81	634 081,07	979 515,04
Imobilizações em curso .....	27	319 180,02	—	319 180,02	2 364 823,56
		<b>14 373 674,79</b>	<b>6 865 730,91</b>	<b>7 507 943,88</b>	<b>7 989 825,80</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
Terrenos e recursos naturais .....	27	2 583 120,27	—	2 583 120,27	2 048 494,93
Edifícios e outras construções .....	27	7 915 226,35	334 414,05	7 580 812,30	6 012 418,07
Equipamento básico .....	27	13 584 832,40	12 074 507,67	1 510 324,73	2 117 617,06
Equipamento de transporte .....	27	1 397 749,74	1 176 670,44	221 079,30	560 477,78
Ferramentas e utensílios .....	27	53 962,20	41 227,53	12 734,67	28 464,48
Equipamento administrativo .....	27	2 109 856,76	1 832 925,30	276 931,46	396 329,38
Outras imobilizações corpóreas .....	27	184 804,43	89 263,65	95 540,78	6 242,10
Imobilizações em curso .....	27	—	—	—	—
		<b>27 829 552,15</b>	<b>15 549 008,64</b>	<b>12 280 543,51</b>	<b>11 170 043,80</b>

(Em euros)

	Notas	2003			2002
		Activo bruto	Amortizações e provisões acumuladas	Activo líquido	
<b>Investimentos financeiros:</b>					
Partes de capital em outras empresas participadas	27 e 50	306 885,04	—	306 885,04	193 039,62
Títulos e outras aplicações financeiras .....	27	1 905 601,35	—	1 905 601,35	1 824 093,26
		<u>2 212 486,39</u>	<u>—</u>	<u>2 212 486,39</u>	<u>2 017 132,88</u>
<b>Circulante:</b>					
<b>Existências:</b>					
Produtos e trabalhos em curso .....		15 209,37	—	15 209,37	52 256,87
Mercadorias .....		641 159,10	—	641 159,10	906 586,26
		<u>656 368,47</u>	<u>—</u>	<u>656 368,47</u>	<u>958 843,13</u>
<b>Dívidas de terceiros — curto prazo:</b>					
Clientes, c/c .....		10 259 643,26	988 857,91	9 270 785,35	17 214 513,52
Clientes de cobrança duvidosa .....		1 107 460,12	1 107 460,12	—	—
Accionistas .....		2 372 229,57	—	2 372 229,57	2 615 973,06
Adiantamentos a fornecedores .....		300 385,89	—	300 385,89	235 821,82
Estado e outros entes públicos .....	53	684 195,53	—	684 195,53	569 421,53
Outros devedores .....	54	3 407 220,07	46 667,54	3 360 552,53	2 868 668,54
	46	<u>18 131 134,44</u>	<u>2 142 985,57</u>	<u>15 988 148,87</u>	<u>23 504 398,47</u>
<b>Títulos negociáveis:</b>					
Outras aplicações de tesouraria .....		16 693,10	—	16 693,10	166 256,07
<b>Depósitos bancários e caixa:</b>					
Depósitos bancários .....		743 571,71	—	743 571,71	2 517 760,44
Caixa .....		24 789,19	—	24 789,19	26 644,56
		<u>768 360,90</u>	<u>—</u>	<u>768 360,90</u>	<u>2 544 405,00</u>
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>					
Acréscimos de proveitos .....	56	299 241,63	—	299 241,63	61 991,04
Custos diferidos .....	56	404 091,97	—	404 091,97	3 384 386,61
Impostos diferidos .....	56	472 790,33	—	472 790,33	—
		<u>1 176 123,93</u>	<u>—</u>	<u>1 176 123,93</u>	<u>3 446 377,65</u>
<i>Total de amortizações .....</i>			<u>22 414 739,55</u>		
<i>Total de provisões .....</i>			<u>2 142 985,57</u>		
<i>Total do activo .....</i>		<u>65 164 394,17</u>	<u>24 557 725,12</u>	<u>40 606 669,05</u>	<u>51 797 282,80</u>

## CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO

	Notas	2003	2002
<b>Capital próprio:</b>			
Capital .....	55	15 000 000,00	15 000 000,00
Acções próprias .....	55	—	—
Valor nominal .....	55	(118 581,58)	(118 307,00)
Prémios e descontos .....	55	(287 834,17)	(287 999,02)
Prémios de emissão de acções .....		—	—
Diferenças de consolidação .....	10 e 55	(6 545 621,29)	(6 443 248,09)
Ajustamentos de partes de capital em associadas .....	10 e 55	(137 565,38)	(196 815,22)
<b>Reservas:</b>			
Reservas de reavaliação .....	55	1 365 283,08	139 583,70
Reservas legais .....	55	1 174 181,07	1 174 181,07
Reservas livres .....	55	1 712 582,58	1 712 391,48
Resultados tramitados .....	55	(9 475 276,30)	(2 504 285,11)
Resultado consolidado líquido do exercício .....	55	(1 811 252,65)	(2 508 556,13)
		<u>875 915,36</u>	<u>5 966 945,68</u>
Interesses minoritários .....		<u>383 185,96</u>	<u>530 210,19</u>

(Em euros)

	Notas	2003	2002
<b>Dívidas a terceiros — médio e a longo prazos:</b>			
Dívidas a instituições de crédito .....		—	498 798,00
Fornecedores de imobilizado, c/c .....	47	6 281 525,60	6 549 597,45
		<u>6 281 525,60</u>	<u>7 048 395,45</u>
<b>Dívidas a terceiros — curto prazo:</b>			
Dívidas a instituições de crédito .....		19 515 476,51	24 165 800,13
Adiantamentos por conta de vendas .....		369 699,23	463 532,35
Fornecedores, c/c .....		6 034 423,40	7 106 116,98
Fornecedores — facturas em recepção e conferência .....		281 971,52	80 529,31
Accionistas .....		40 515,77	42 558,03
Fornecedores de imobilizado, c/c .....	47	604 606,80	785 594,24
Estado e outros entes públicos .....	53	1 215 017,36	2 219 233,80
Outros credores .....	54	262 536,92	225 040,03
		<u>28 324 247,51</u>	<u>35 088 404,87</u>
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>			
Acréscimo de custos .....	56	2 458 237,13	2 670 245,08
Proveitos diferidos .....	56	253 853,04	—
Impostos diferidos .....	56	2 029 704,45	493 081,53
		<u>4 741 794,62</u>	<u>3 163 326,61</u>
<i>Total do passivo</i> .....		<u>39 347 567,73</u>	<u>45 300 126,93</u>
<i>Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo</i> .....		<u>40 606 669,05</u>	<u>51 797 282,80</u>

O Conselho de Administração: *Vitor José Magalhães Assunção*, presidente — *José Eugénio Soares Vinagre*, administrador — *Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa* — administrador-delegado — *Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, vice-presidente — *João Arnaldo Rodrigues de Sousa*, vice-presidente — *Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, administrador — *Hélder José Mendonça Braz*, administrador.

## Demonstrações dos resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

### CUSTOS E PERDAS

	Notas	2003	2002
Custo das mercadorias vendidas .....		9 942 399,05	11 159 139,60
Fornecimentos e serviços externos .....		6 279 788,65	10 081 158,35
<b>Custos com pessoal:</b>			
Remunerações .....	6 312 172,67		18 031 422,98
Encargos sociais .....	—		—
Prémios para pensões .....	109 614,09		148 296,97
Outros .....	1 520 367,66	7 942 154,42	4 747 084,78
		<u>7 942 154,42</u>	<u>22 926 804,73</u>
Amortizações do imobilizado .....	27	3 759 564,61	4 462 242,89
Provisões .....	46	512 520,28	4 272 084,89
		<u>4 272 084,89</u>	<u>792 817,89</u>
Impostos .....		155 804,32	98 757,64
Outros custos operacionais .....		7 733,05	23 836,65
		<u>163 537,37</u>	<u>122 594,29</u>
(A) .....		28 599 964,38	49 544 757,75
Perdas relativas a empresas interligadas .....		—	32 010,50
Juros e custos similares — outros .....	44	1 876 181,49	1 876 181,49
		<u>1 876 181,49</u>	<u>2 959 130,42</u>
(C) .....		30 476 145,87	52 535 898,67
Custos e perdas extraordinários .....	45	1 498 279,38	3 975 286,49
		<u>1 498 279,38</u>	<u>3 975 286,49</u>
(E) .....		31 974 425,25	56 511 185,16
Imposto sobre o rendimento do exercício .....	57	240 308,66	558 889,86
		<u>240 308,66</u>	<u>558 889,86</u>
(G) .....		32 214 733,91	57 070 075,02
Interesses minoritários .....		(219 009,39)	(358 027,59)
		<u>(219 009,39)</u>	<u>(358 027,59)</u>
(H) .....		31 995 724,52	56 712 047,43
Resultado consolidado líquido do exercício .....		(1 811 252,65)	(2 508 556,13)
		<u>(1 811 252,65)</u>	<u>(2 508 556,13)</u>
		<u>30 184 471,87</u>	<u>54 203 491,30</u>

## PROVEITOS E GANHOS

(Em euros)

	Notas	2003	2002
Vendas de mercadorias .....	36	12 799 933,32	13 917 116,91
Prestações de serviços .....	36	14 886 342,28	33 244 819,81
		<u>27 686 275,60</u>	<u>47 161 936,72</u>
Variação da produção .....		(37 047,50)	—
Trabalhos para a própria empresa .....		950 882,50	7 968,29
Proveitos suplementares .....		(57 067,57)	834 902,12
Subsídios à exploração .....		—	61 357,69
Outros proveitos operacionais .....		46 913,91	7 155,88
		<u>903 681,34</u>	<u>911 383,98</u>
(B) .....		28 589 956,94	48 073 320,70
Ganhos relativos a empresas interligadas .....		113 845,42	65 758,80
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações:			
Outros .....		71 327,33	65 332,79
Outros juros e proveitos similares — outros .....	44	597 459,86	1 016 948,78
		<u>782 632,61</u>	<u>1 082 281,57</u>
(D) .....		29 372 589,55	49 221 361,07
Proveitos e ganhos extraordinários .....	45	811 882,32	4 982 130,23
		<u>30 184 471,87</u>	<u>54 203 491,30</u>
(F) .....			
Resumo:			
Resultados operacionais: (B)–(A) = .....		(10 007,44)	(1 471 437,05)
Resultados financeiros: (D)–(B)–(C)–(A) = .....		(1 093 548,88)	(1 843 100,55)
Resultados correntes: (D)–(C) = .....		(1 103 556,32)	(3 314 537,60)
Resultados antes de impostos: (F)–(E) = .....		(1 789 953,38)	(2 307 693,86)
Resultado consolidado com os interesses minoritários do exercício: (F)–(H) = .....		(1 811 252,65)	(2 508 556,13)

O Conselho de Administração: *Vitor José Magalhães Assunção*, presidente — *José Eugénio Soares Vinagre*, administrador — *Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa* — administrador-delegado — *Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, vice-presidente — *João Arnaldo Rodrigues de Sousa*, vice-presidente — *Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, administrador — *Hélder José Mendonça Braz*, administrador.

**Demonstração consolidada dos resultados por funções  
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002**

	2003	2002
Vendas e prestação de serviços .....	27 686 275,60	47 155 043,98
Custo das vendas e prestação de serviços .....	(19 534 0103,12)	(37 372 989,40)
Resultados brutos .....	<u>8 152 265,48</u>	<u>9 782 054,58</u>
Outros proveitos e ganhos operacionais .....	1 712 668,32	5 744 593,30
Custos de distribuição .....	(231 540,26)	(495 971,25)
Custos administrativos .....	(7 872 221,69)	(10 035 477,42)
Outros custos e perdas operacionais .....	(1 871 605,58)	(4 242 378,42)
Resultados operacionais .....	<u>(110 433,73)</u>	<u>752 820,79</u>
Custas líquidas de financiamento .....	(1 465 338,50)	(1 879 432,90)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas .....	113 845,42	33 748,30
Ganhos (perdas) em outros investimentos .....	257 873,85	2 584,05
Resultados correntes .....	<u>(1 204 052,96)</u>	<u>(1 090 279,76)</u>
Imposto sobre resultados correntes .....	(240 308,66)	(558 889,86)
Resultados correntes após impostos .....	<u>(1 444 361,62)</u>	<u>(1 649 169,62)</u>
Interesses minoritários .....	219 009,39	358 027,59
Resultado extraordinário .....	(585 900,42)	(1 217 414,10)
Resultado líquido do exercício .....	<u>(1 811 252,65)</u>	<u>(2 508 556,13)</u>
Resultado por acção .....	(0,60)	(0,84)

O Conselho de Administração: *Vitor José Magalhães Assunção*, presidente — *José Eugénio Soares Vinagre*, administrador — *Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa* — administrador-delegado — *Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, vice-presidente — *João Arnaldo Rodrigues de Sousa*, vice-presidente — *Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, administrador — *Hélder José Mendonça Braz*, administrador.

**Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados  
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002**

(Em euros)

	2003	2002
<b>Actividades operacionais:</b>		
(+) Recebimentos de clientes .....	30 132 556,56	59 177 101,10
(-) Pagamentos a fornecedores .....	16 392 017,96	23 377 607,24
(-) Pagamentos ao pessoal .....	5 400 387,92	16 261 078,03
Fluxo gerado pelas operações .....	<u>8 340 150,68</u>	<u>19 538 415,83</u>
(-/+ ) Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento .....	(555 251,06)	(1 382 812,60)
(-/+ ) Outras recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional .....	(2293 803,85)	(15 921 440,84)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias .....	<u>5 491 095,77</u>	<u>2 234 162,39</u>
(+) Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias .....	343 318,06	16 261,75
(-) Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias .....	38 114,51	62 131,67
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i> .....	<u>5 796 299,32</u>	<u>2 188 292,47</u>
<b>Actividades de investimento:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
(+) Investimentos financeiros .....	1 186 188,37	1 812,62
(+) Imobilizações corpóreas .....	35 151,49	19 014,75
(+) Juras e proveitos similares .....	257 801,38	112 320,31
Pagamentos respeitantes a:		
(-) Investimentos financeiros .....	176 397,05	1 792 072,91
(-) Imobilizações corpóreas .....	224 839,32	470 980,38
(-) Imobilizações incorpóreas .....	430 939,54	408 395,76
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i> .....	<u>646 965,33</u>	<u>(2 538 301,37)</u>
<b>Actividades de financiamento:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
(+) Empréstimos obtidos .....	10 884 643,71	6 051 711,20
(+) Juros e proveitos similares .....	494,11	-
(+) Outros recebimentos provenientes de actividades de financiamento .....	11 905 504,72	12 735 656,86
Pagamentos respeitantes a:		
(-) Empréstimos obtidos .....	13 971 660,50	5 319 950,60
(-) Amortização de contratos de locação financeira .....	1 699 991,44	1 523 562,46
(-) Juros e custos similares .....	1 262 173,68	1 413 301,53
(-) Dividendos .....	-	31 785,36
(-) Aquisição de acções (quotas) próprias .....	109,73	5 052,87
(-) Outros pagamentos provenientes de actividades de financiamento .....	12 735 656,86	11 010 226,91
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i> .....	<u>(6 878 949,67)</u>	<u>(516 511,67)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3) .....	<u>(435 685,02)</u>	<u>(866 520,57)</u>
Efeito das diferenças de câmbio .....	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período .....	1 220 739,02	3 577 181,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período .....	<u>785 054,00</u>	<u>2710 661,07</u>
	<u>(435 685,02)</u>	<u>(866 520,57)</u>

O Conselho de Administração: *Vitor José Magalhães Assunção*, presidente — *José Eugénio Soares Vinagre*, administrador — *Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa* — administrador-delegado — *Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, vice-presidente — *João Arnaldo Rodrigues de Sousa*, vice-presidente — *Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, administrador — *Hélder José Mendonça Braz*, administrador.

**Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2003**

(Montantes expressos em euros)

I — Informações sobre empresas incluídas e ou excluídas da consolidação:

Nota introdutória:

O Grupo Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A., inclui as empresas identificadas nas notas n.ºs 1 e 2 e tem como acti-

vidade principal a comercialização de produtos de informática e a prestação de serviços conexos.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias e associadas, reportadas a 31 de Dezembro de 2003, e incluídas na consolidação, estão pendentes de aprovação pela assembleia geral. No entanto, a administração da empresa-mãe entende que aquelas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade para a apresentação de contas consolidadas (POC). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Grupo ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Empresas incluídas na consolidação em 31 de Dezembro de 2003:

Empresa/sede	Data de constituição	Actividade	Proporção efectiva do capital detido			Condições e métodos de consolidação (Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho)
			Directa (porcentagem)	Indirecta (porcentagem)	Alíneas	
Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A., Avenida José Gomes Ferreira, 13, Miraflores, 1495-139 Algés	16-5-72	Comercialização de serviços de informática e prestação de serviços conexos.	—	—	—	Empresa-mãe — método integral.
E-Tempus SGPS — Soc. Gestora de Participações Sociais, S. A., Avenida José Gomes Ferreira, 13, Miraflores, 1495-139 Algés	21-11-90	Sociedade gestora de participações sociais.	100,0	—	(a) (c)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.
Compta B2B — Tecnologias de Informação, S. A., Avenida José Gomes Ferreira, 13, Miraflores, 1495-139 Algés	18-1-01	Prestação serviços, consultoria, comercialização de bens e produtos no âmbito das tecnologias de informação.	99,8	—	(a)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.
S3 — Sist., Software e Serviços, S. A., Praça de Alvalade, 8, 3.º, B1, 1700 Lisboa	5-6-90	Representação, desenvolvimento e comercialização de <i>software</i> informático e prestação de serviços conexos.	—	100,0	(b)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.
Comptrading — Companhia de Comércio e Serviços, S. A., Avenida José Gomes Ferreira, 13, Miraflores, 1495-139 Algés.	27-2-87	Comercialização de computadores e outros produtos e serviços.	—	97,0	(b)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.
Audio Media — Sistemas e Tecnologias de Informação, S. A., Avenida José Gomes Ferreira, 13, Miraflores, 1495-139 Algés.	27-2-92	Prestação de serviços e apoio através de tecnologias de <i>audiotex</i> e prestação de serviços conexas.	—	100,0	(b)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.
Imotron — Edif. Inteligentes, S. A. Avenida José Gomes Ferreira, 13, Miraflores, 1495-139 Algés.	20-1-93	Estudos projectos e instalação de soluções nas áreas da doméstica e informática e prestação de serviços conexos.	—	79,0	(b)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.
Tecnotron — Sistemas de Automação, S. A., Av. José Gomea Ferreira, 13, Miraflores, 1495-139 Algés.	4-7-91	Investigar, desenvolver, produzir e comercializar materiais para sistemas integrados para automação, robótica, etc.	—	72,0	(b)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.
Databolsa — Base de Dados e Telecomunicações, S. A., Avenida José Gomes Ferreira, 13, Miraflores, 1495-139 Algés.	27-2-92	Exploração de base de dados da bolsa e ou outros serviços conexos.	—	60,0	(b)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.
Spectacolor Portugal — Publicidade Informatizada, S. A., Av. António Augusto de Aguiar, 106, 2.º, 1000 Lisboa.	28-12-89	Desenvolvimento e aplicação de novas formas de publicidade e técnicas de comercialização (public. inform. e novas tecnologias).	—	86,0	(b)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.
Dez — Desenvolvimento Empresarial, S. A., Avenida José Gomes Ferreira, 13, Miraflores, 1495-139 Algés.	15-9-93	Estudos, consult. e prestação de serviços em gestão global e funcional, estratégia empresarial, gestão de participações, etc.	—	99,0	(d)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.
Think — Tecnologias de Informação, L.ª, Avenida José Gomes Ferreira, 13, Miraflores, 1495-139 Algés.	5-2-98	Invest., consult., projecto, análise, desenvolvimento, customização e outro mat. inf. Formação, utilização e operação de TI.	—	87,0	(b)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.

(a) Participação detida pela Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.

(b) Participação detida pela E-Tempus, SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.

(c) Anteriormente denominada Compta — SGPS, S. A.

(d) Participação de 93,75% detida em pela E-Tempus, SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. Adicionalmente a Comptrading detém uma participação de 4,97%.

## 2 — Empresas excluídas da consolidação:

Empresa/sede	Proporção do capital detido na empresa		Condições para não consolidação e método de valorimetria (Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho)
	Porcentagem	Montante	
Xecompex — Equipamentos e Serviços, S. A., Avenida António Augusto de Aguiar, 106, 1000 Lisboa.	46	193 040	Empresa não enquadrada no artigo 1.º — equivalência patrimonial.
E-Tempus Internacional, L.da, Scotiabank-building, Cardinal Avenue George Town, Grand Cayman, Cayman Islands BritishWestlhdies.	100	52 372	Empresa considerada imaterial para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo — custo de aquisição.
Itime — Instituto de Tecnologia e Inovação para a Modernização Empresarial, Estrada do Paço do Lumiar, 16, 1600 Lisboa.	—	7 000	Participação não enquadrada no artigo 1.º e imaterial para apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo — custo de aquisição.
Funde — Fundo para o Desenvolvimento das Ciências da Construção, Avenida do Brasil, 101, Lisboa.	—	10 000	Participação não enquadrada no artigo 1.º e material para apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo — custo de aquisição.
CaboTV Madeirense, S. A., Avenida dos Estados Unidos da América, Nazaré, Funchal.	6	1 649 700	Participação não enquadrada no artigo 1.º e imaterial para apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo — custo de aquisição.
Edições Arrábida, L.da	—	—	Empresas em processo de falência registadas ao custo de aquisição mas com o investimento totalmente provisionado.
Miltidifusão, S. A.	—	—	

Nota. — Os relatórios de contas das empresas excluídas da consolidação encontram-se à disposição dos accionistas nas sedes das sociedades.

## 7 — Número médio de pessoal:

Durante o exercício de 2003 e 2002, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi de 230 e 673, respectivamente.

## II — Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

10 — Diferenças de consolidação e ajustamentos de partes de capital em associadas Em 31 de Dezembro de 2003, o saldo desta rubrica compõe-se da seguinte forma:

Empresa participada	Montante das diferenças de consolidação		
Audio Media — Sistemas e Tecnologias de Informação, S. A. ....			(2 561 021)
Comptrading — Companhia de Comércio e Serviços, S. A. ....			(440 348)
Compra B2B — Tecnologias de Informação, S. A. ....			(74 748)
Databolsa — Base de Dados e Telecomunicações, S. A. ....			(30)
Dez — Desenvolvimento Empresarial, S. A. ....			(234 377)
E-Tempus SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. ....			116
Imotron — Edifícios Inteligentes, S. A. ....			253 177
S3 — Sistemas, Software e Serviços, S. A. ....			(900 988)
Spectacolor Portugal — Publicidade Informatizada, S. A. ....			(201 748)
Tecnotron — Sistemas de Automação, S. A. ....			(2 286 540)
Think — Tecnologias de Informação, L.da .....			(99 116)
			(6 545 621)

Empresa participada	Montante do custo de aquisição	Proporção dos capitais próprios detidos		Montante de ajustamento de partes de capital
		Porcentagem	Montante	
Xecomplex — Equipamentos e Serviços, S. A. ....	330 605	46	193 040	(137 565)

Os saldos das rubricas de diferenças de consolidação e ajustamentos de partes de capital em associadas, foram originados na primeira consolidação das demonstrações financeiras pelo método integral e de aplicação do método da equivalência patrimonial (nota n.º 18), respectivamente, e correspondem à compensação efectuada entre os valores contabilísticos das partes de capital detidas e a proporção dos capitais próprios que elas representam, reportadas à data da primeira consolidação.

## 15 — Consistência de aplicação dos critérios de valorimetria:

Os critérios de valorimetria utilizados pelas empresas do grupo foram consistentes entre si e são os descritos na nota n.º 23, excepto quanto à constituição de provisões para cobrança duvidosa. Estas, em virtude desta inconsistência, foram reforçadas a nível das contas consolidadas (nota n.º 46).

## 18 — Critérios de contabilização dos investimentos financeiros:

Os investimentos financeiros em associadas e em empresas do Grupo não incluídas na consolidação, por terem actividade diferenciada das restantes empresas do grupo (nota n.º 2) encontram-se registados nas demonstrações financeiras anexas pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos financeiros em partes de capital em empresas participadas, encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros registados ao custo (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração de resultados do exercício quando é decidida e anunciada a sua distribuição.

As diferenças positivas entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas filiais e associadas e o valor proporcional à participação da empresa nos capitais próprios dessas filiais e associadas à data de aquisição, quando posterior a 1 de Janeiro de 1991, são registadas na rubrica de diferenças de consolidação.

## IV — Informações relativas a compromissos assumidos:

## 21 — Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço consolidado:

O Grupo apresentava, em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, responsabilidades por *factoring* e letras descontadas, como segue:

	2003	2002
<i>Factoring</i> .....	2 648 157	7 912 313
Letras descontadas .....	21 457	59 753
	<u>2 669 613</u>	<u>7 972 066</u>

## 22 — Garantias prestadas:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o Grupo tinha assumido responsabilidades com prestadas para concursos públicos, como segue:

	2003	2002
Garantias bancárias .....	969 499	386 006
Seguros de caução .....	150 134	111 475
	<u>1 119 633</u>	<u>497 481</u>

## V — Políticas contabilísticas:

## 23 — Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos utilizados:

## Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas do Grupo (nota n.º 1) mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

## Princípios de consolidação:

Conforme indicado nas notas n.ºs 1 e 2 utilizaram-se, na consolidação das demonstrações financeiras anexas, os métodos integral e da equivalência patrimonial conforme aplicável.

No método de consolidação integral os saldos e transacções significativas entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado na rubrica de interesses minoritários.

No método de equivalência patrimonial, as participações estão registadas pelo custo de aquisição, acrescido (ou reduzido) do valor correspondente à proporção nas restantes rubricas do capital próprio na data da sua aquisição e resultados posteriores.

Em ambos os métodos foram eliminados os resultados provenientes das operações efectuadas entre as empresas compreendidas na consolidação, se significativas, quando ainda incluídos nos valores contabilísticos dos activos.

## Principais critérios valorimétricos:

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) *Imobilizações incorpóreas*. — As imobilizações incorpóreas compreendem essencialmente despesas de instalação, aumentos de capital, investigação e desenvolvimento, formação relativa a novos produtos e material de conservação e reparação (peças e sobressalentes) necessário à assistência técnica ao parque de equipamentos e sistemas instalados no mercado. Estas despesas encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes. Em 2003 procedeu-se à alteração do critério de amortização, ao utilizar as taxas mínimas para os bens adquiridos no exercício. Com excepção das despesas de investigação e desenvolvimento, que são amortizadas em cinco anos, o período de amortização do imobilizado incorpóreo passou de três anos para seis anos (nota n.º 25).

b) *Imobilizações corpóreas*. — As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliadas de acordo com as disposições legais do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

	Anos médios de vida útil
Edifícios e outras construções .....	50
Instalações .....	10
Equipamento básico .....	4
Equipamento de transporte .....	4
Ferramentas e utensílios .....	4
Equipamento administrativo .....	8

c) *Locação financeira*. — O Grupo utiliza o método financeiro na contabilização dos contratos de locação financeira celebrados com terceiros. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos nas rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na nota n.º 23, alínea b), são registadas como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

d) *Existências*. — As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

e) *Títulos negociáveis e outras aplicações financeiras*. — Os títulos negociáveis e outras aplicações financeiras são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou de mercado.

f) *Acréscimos e diferimentos*. — O Grupo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

g) *Subsídios recebidos para financiamentos de imobilizações corpóreas*. — Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de imobilizações corpóreas são registados no passivo, como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas.

## 24 — Activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as cotações vigentes em 31 de Dezembro de cada ano. As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados consolidados do exercício.

VI — Detalhe de algumas rubricas do balanço e da demonstração dos resultados:

25 — Despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento:

A rubrica de despesas de instalação engloba, a 31 de Dezembro de 2003, os valores ao custo de aquisição despendidos com a expansão do Grupo, designadamente aumentos de capital nos últimos exercícios. Estas despesas são amortizadas em 3 anos se registadas até 2002 e em seis anos para aquisições do exercício.

A rubrica de despesas de investigação e desenvolvimento, engloba as despesas com formação técnica no estrangeiro em novos equipa-

mentos comercializados, desenvolvimento de produtos próprios, bem como despesas referentes a estudos de mercado. Estas despesas são amortizadas em três anos se registadas até 2002 e em cinco anos se investidas no exercício [nota n.º 23, alínea a)].

27 — Movimento do activo imobilizado:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Activo bruto:

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências, abates e ajustamentos	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
Despesas de instalação .....	1 995 824	1 498 568	—	54 459	3 439 933
Despesas de investigação e desenvolvimento .....	5 956 602	2 586 383	—	1 309 254	7 233 731
Propriedade industrial e outros direitos .....	2 261	—	—	—	2 261
Outras imobilizações incorpóreas .....	4 558 348	395 690	—	1 575 468	3 378 570
Imobilizações em curso .....	1 930 154	319 180	—	1 930 154	319 180
	<u>14 443 189</u>	<u>4 799 820</u>	<u>—</u>	<u>4 869 335</u>	<u>14 373 675</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
Terrenos e recursos naturais .....	2 048 495	534 625	—	—	2 583 120
Edifícios e outras construções .....	6 217 251	1 697 976	—	—	7 915 226
Equipamento básico .....	13 597 513	168 704	2 925	178 459	13 584 832
Equipamento de transporte .....	1 431 222	1 679	35 151	—	1 397 750
Ferramentas e utensílios .....	61 846	125	—	8 008	53 962
Equipamento administrativo .....	1 930 612	195 120	2 968	12 907	2 109 857
Outras imobilizações corpóreas .....	218 740	—	—	33 936	184 804
	<u>25 505 678</u>	<u>2 598 229</u>	<u>41 045</u>	<u>233 311</u>	<u>27 829 552</u>
<b>Investimentos financeiros:</b>					
Empresas do Grupo .....	193 040	113 845	—	—	306 885
Títulos e outras aplicações financeiras .....	1 824 093	110 258	28 750	—	1 905 601
	<u>2 017 133</u>	<u>224 104</u>	<u>28 750</u>	<u>—</u>	<u>2 212 486</u>
	<u>41 966 000</u>	<u>7 622 153</u>	<u>69 795</u>	<u>5 102 645</u>	<u>44 415 713</u>

Amortizações acumuladas:

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
Despesas de instalação .....	885 394	646 218	—	112 996	1 418 615
Despesas de investigação e desenvolvimento .....	2 441 805	1 181 901	—	921 768	2 701 938
Propriedade industrial e outros direitos .....	276	413	—	—	689
Outras imobilizações incorpóreas .....	3 578 833	741 123	—	1 575 468	2 744 489
	<u>6 906 308</u>	<u>2 569 655</u>	<u>—</u>	<u>2 610 232</u>	<u>6 865 731</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
Edifícios e outras construções .....	204 833	129 581	—	—	334 414
Equipamento básico .....	11 534 126	587 653	2 165	45 116	12 074 508
Equipamento de transporte .....	858 939	341 900	24 169	(1)	1 176 670
Ferramentas e utensílios .....	33 494	8 831	—	1 097	41 228
Equipamento administrativo .....	1 669 382	121 338	—	(42 205)	1 832 925
Outras imobilizações corpóreas .....	120 589	597	—	31 922	89 264
	<u>14 421 363</u>	<u>1 189 910</u>	<u>26 335</u>	<u>35 929</u>	<u>15 549 009</u>
	<u>21 327 670</u>	<u>3 759 565</u>	<u>26 335</u>	<u>2 646 161</u>	<u>22 414 740</u>

As alienações de imobilizações corpóreas geraram mais-valias de 360 082 euros, registadas nos resultados extraordinários (nota n.º 45).

36 — Informação por segmentos:

Para efeitos de apresentação de uma imagem da actuação das empresas consolidantes devidamente segmentada entendeu-se adequado pro-

ceder a agrupamentos em função dos tipos de actividade. Assim, adoptaram-se os seguintes segmentos relatáveis:

*Networks* — inclui-se aqui, fundamentalmente, a actividade ligada a telecomunicações e afins;

TI — compreende a actividade desenvolvida no âmbito das tecnologias da informação;

RH e consultoria — engloba os serviços as empresas nas vertentes de consultoria e de apoios nas áreas da contabilidade, assistência jurídica, fiscal, etc.;  
Publicidade — como o próprio nome indica, reúnem-se aqui as actividades desenvolvidas no campo da publicidade, quer por recurso aos modernos meios electrónicos quer a tradicional.

Os valores consolidados incluem a empresa E-Tempus — SGPS mas, porque a maioria dos seus réditos não tem origem em vendas a clientes externos, não é incluída nos segmentos relatáveis. Esta empresa afecta negativamente os resultados operacionais em cerca de 106 000 euros.

	Networks	Tecnologias de informação	Recursos humanos e consultoria	Publicidade	Eliminações	Consolidado
<b>Réditos:</b>						
Vendas externas .....	16 601 172	6 614 797	276 580	3 496 141	—	—
Vendas intersegmentais .....	606 250	1 043 500	358 750	74 500	— 2 107 000	—
Réditos totais .....	17 207 422	7 658 297	635 330	3 570 641	— 2 107 000	27 686 276
<b>Resultados:</b>						
Resultados segmentais .....	838 965	— 1 379 094	— 104 092	628 038	—	— 110 434
Gastos da empresa não imputados .....	—	—	—	—	—	—
Resultados operacionais .....	—	—	—	—	—	— 110 434
Gastos de juros .....	—	—	—	—	—	— 1 465 339
Proveitos de juros .....	—	—	—	—	—	257 874
Parte de lucros líquidos em associadas....	—	—	—	—	—	113 845
Impostos sobre os lucros .....	—	—	—	—	—	— 240 309
Resultados de actividades ordinárias .....	—	—	—	—	—	— 1 444 362
Perdas extraordinárias .....	—	—	—	—	—	— 585 900
Interesses minoritários .....	—	—	—	—	—	219 009
Resultado líquido .....	—	—	—	—	—	— 1 811 253
<b>Outras informações:</b>						
Activos do segmento .....	17 960 045	5 688 321	63 677	1 701 930	—	25 300 973
Investimento em associadas .....	—	—	—	—	—	2 212 486
Activos da empresa não imputáveis .....	—	—	—	—	—	13 093 210
Activos totais consolidados .....	—	—	—	—	—	40 606 669
Passivos do segmento .....	10 520 826	4 172 959	— 162 078	154 174	—	15 222 936
Passivos da empresa não imputados .....	—	—	—	—	—	24 124 632
Passivos totais consolidados .....	—	—	—	—	—	39 347 568
Dispêndios de capital fixo .....	501 231	281 455	—	8 776	—	791 462
Depreciações .....	2 552 470	955 379	11 378	175 700	—	3 759 565
Outros gastos não desembolsados diferentes da depreciação .....	242 519	221 670	22 557	25 774	—	512 520

#### 39 — Remuneração dos membros dos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais, nos exercícios de 2003 e 2002, foram de 843 894 euros e 1 094 393 euros, respectivamente. De acordo com os seus estatutos a empresa-mãe é responsável pelo pagamento de pensões de reforma aos administradores que tenham desempenhado funções na empresa-mãe durante um mínimo de quinze anos, podendo a assembleia geral, em casos excepcionais, deliberar a atribuição deste benefício se não se encontrarem satisfeitas aquelas condições. No decurso de 2003 e 2002 não se verificaram pagamentos por não existir nenhum órgão de gestão nestas condições.

#### 41 — Reavaliação de imobilizações corpóreas (legislação):

O Grupo procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

Decretos-Leis n.ºs 430/78, de 27 de Dezembro; 219/82, de 2 de Junho; 399-G/84, de 28 de Dezembro; 118-B/86, de 27 de Maio; 111/88, de 2 de Abril; 49/91, de 25 de Janeiro; 264/92, de 24 de Novembro, e 31/98, de 11 de Fevereiro.

Uma parte (40%) das amortizações adicionais futuras, resultantes destas reavaliações, não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC).

No ano de 2003 a empresa-mãe reavaliou os edifícios do seu imobilizado com base no valor corrente de mercado. O montante referente às amortizações decorrentes desta reavaliação não é aceite para efeitos da determinação da matéria colectável em imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas.

#### 44 — Demonstração dos resultados financeiros consolidados:

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	2003	2002
<b>Custos e perdas:</b>		
Perdas em empresas interligadas ....	—	32 011
Juros suportados .....	1 547 771	1 817 234
Diferenças de câmbio desfavoráveis	166 140	1 033 397
Descontos de pronto pagamento concedidos .....	741	2 594
Outros custos e perdas financeiras	161 330	105 905
	<u>1 876 181</u>	<u>2 991 141</u>
Resultados financeiros .....	<u>(1 093 549)</u>	<u>(1 843 101)</u>
<b>Proveitos e ganhos:</b>		
Ganhos em empresas interligadas	113 845	65 759
Juros obtidos .....	7 592	94 616
Diferenças de câmbio favoráveis ....	581 067	978 018
Descontos de pronto pagamento obtidos .....	918	2
Outros proveitos e ganhos financeiros .....	79 210	9 645
	<u>782 632</u>	<u>1 148 040</u>

## 45 — Demonstração dos resultados extraordinários consolidados:

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	2003	2002
Custos e perdas:		
Donativos .....	141 379	35 621
Dívidas incobráveis .....	105 170	136 212
Perdas em imobilizações (nota n.º 27) .....	—	1 945 980
Multas e penalidades .....	2 336	3 147
Correcções relativas a exercícios anteriores .....	1 007 379	1 098 106
Outros custos e perdas extraordinárias .....	242 016	756 220
	<u>1 498 279</u>	<u>3 975 286</u>
Resultados extraordinários .....	<u>(686 397)</u>	<u>1 006 844</u>

## Proveitos e ganhos:

	2003	2002
Recuperação de dívidas .....	—	—
Ganhos em imobilizações (nota n.º 27) .....	360 082	55 145
Redução de amortizações e provisões .....	35 780	11 474
Correcções relativas a exercícios anteriores .....	149 314	265 771
Outros proveitos e ganhos extraordinários .....	<u>266 706</u>	<u>4 649 740</u>
	<u>811 882</u>	<u>4 982 130</u>

## 46 — Movimento ocorrido nas provisões:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Aumento	Utilização	Saldo final
Provisões para clientes de cobrança duvidosa .....	1 791 376	805 001	616 935	1 979 442
Provisões para outros devedores .....	163 454	—	—	163 454

Conforme descrito na nota n.º 15, foram reforçadas em 477 000 euros as provisões omissas nas empresas do Grupo.

## 47 — Locação financeira:

Em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas não vencidas, no montante de 6 886 132 euros, registadas na rubrica de fornecedores de imobilizado. Aquelas rendas vencem-se nos próximos exercícios como segue:

	Curto prazo	Médio prazo
2004 .....	604 607	—
2005 .....	—	430 937
2006 .....	—	432 554
2007 e seguintes .....	—	5 418 035
	<u>604 607</u>	<u>6 281 526</u>

## 50 — Empresas do Grupo:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de investimentos financeiros — empresas do grupo tem a seguinte composição:

Investimentos	2003	2002
Da E-Tempus SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. ....	—	—
Na Xecomplex — Equipamentos e Serviços, S. A. ....	306 885	193 040

## 51 — Existências à guarda de terceiros:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a empresa-mãe possuía fora das suas instalações, à guarda de terceiros, bens no valor global 248 601 euros e 265 872 euros, respectivamente.

## 52 — Imobilizações corpóreas:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a empresa-mãe tinha imobilizações corpóreas em poder de terceiros no montante de 2 446 592 euros e 2 446 592 euros, respectivamente.

## 53 — Estado e outros entes públicos:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003		2002	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas .....	227 223	110 845	215 822	348 277
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares .....	—	149 278	555	167 415
Imposto sobre o valor acrescentado .....	456 972	797 298	351 909	1355 784
Contribuições para a segurança social .....	—	157 550	1 136	347 738
Outros .....	—	46	—	20
	<u>684 196</u>	<u>1 215 017</u>	<u>569 422</u>	<u>2 219 234</u>

54 — Outros devedores e outros credores:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003		2002	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Outros devedores e credores .....	3 407 220	262 537	3 032 122	225 040

55 — Movimento das contas de capital próprio:

Estas contas tiveram os seguintes movimentos durante o exercício:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Capital .....	15 000 000	—	—	—	15 000 000
Acções próprias .....	—	—	—	—	—
Valor nominal .....	(118 307)	—	275	—	(118 582)
Prémios e descontos .....	(287 999)	165	—	—	(287 834)
Diferenças de consolidação .....	(6 443 248)	—	(c) 102 373	—	(6 545 621)
Ajustamentos de partes de capital em associadas .....	(196 815)	(c) 59 250	—	—	(137 565)
Reservas de reavaliação .....	139 584	1 225 699	—	—	1365 283
Reserva legal .....	1 174 181	—	—	—	1 174 181
Reservas livres .....	1 712 391	191	—	—	1 712 583
Resultados transitados .....	(2 504 285)	(c) 1 299 802	(c) 5 762 237	(a) (2 508 556)	(9 475 276)
Resultado consolidado líquido do exercício .....	(2 508 556)	(b) (1 811 253)	—	(a) 2 508 556	(1 811 253)
	5 966 946	773 855	5 864 885	—	875 915

(a) Aplicação dos resultados do exercício de 2002.

(b) Resultados líquidos consolidados do exercício de 2003.

(c) Referente aos ajustamentos resultantes das alterações das participações nas subsidiárias e dos ajustamentos iniciais das novas participações.

Reservas de reavaliação: esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (nota n.º 41). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital da empresa-mãe.

Reserva legal: a legislação comercial estabelece que, a empresa-mãe é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo 5% do resultado líquido anual até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa-mãe, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Diferenças de consolidação: a diminuição verificada nesta rubrica, no montante de 102 373 euros, resulta da alteração das participações da E-Tempus — SGPS.

Resultados transitados: o aumento de 1 299 802 euros registado nesta rubrica teve por base:

A utilização por parte da E-Tempus — SGPS da provisão para empréstimos accionistas no aumento de capital de uma associada e por via da venda de uma participada — aumento de 859 036 euros;

A aplicação da directriz contabilísticas relativa a impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de 2002 na Compta, S. A. — montante de 440 766 euros.

A redução no valor de 5 762 237 euros teve origem:

No reforço das provisões para empréstimos accionistas da E-Tempus — SGPS, e em pequenas correcções a ajustamentos anteriores — diminuição de 2 627 607 euros;

No abate efectuado na Compta, S. A., de investimentos de anos anteriores registados em imobilizações incorpóreas, no valor de 2 137 031 euros e nas provisões criadas para dívidas de clientes — redução total de 2 457 350 euros;

Na diminuição de 677 280 euros registou-se como consequência de alterações nos resultados transitados das participadas da E-Tempus — SGPS.

56 — Acréscimos e diferimentos:

Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

Outros acréscimos de proveitos ..... 299 242

Custos diferidos:

Projectos em curso .....	18 431
Publicidade e formação .....	101 397
Contratos de suporte técnico .....	96 804
Seguros .....	60 026
Rendas antecipadas .....	40 663
Outros custos diferidos .....	86 772
	<u>404 092</u>

Acréscimos de custos:

Férias e subsídio de férias .....	1 040 963
Juros a liquidar .....	65 048
Outros acréscimos de custos .....	1 352 227
	<u>2 458 237</u>

Proveitos diferidos:

Contratos de suporte técnico .....	197 140
Projectos em curso .....	56 523
Outros proveitos diferidos .....	190
	<u>253 853</u>

Impostos diferidos:

Activos por impostos diferidos .....	472 790
Passivos por impostos diferidos .....	2 029 704
	<u>2 502 494</u>

57 — Caixa e equivalentes:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2003	2002
Numerário .....	24 789	26 645
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis .....	760 265	2 684 017
	<u>785 054</u>	<u>2 710 661</u>

## 58 — Impostos:

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e coirecção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos para os exercícios de 1998 e seguintes. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo dos anos de 2000 a 2003 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A segurança social pode ser revista durante 10 anos.

A administração da empresa-mãe entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003 e 2002.

De acordo com a legislação fiscal vigente, os ganhos ou perdas registados por via da aplicação do método da equivalência patrimonial não são relevantes para efeitos fiscais, mantendo-se a tributação dos dividendos quando distribuídos.

A empresa registou impostos diferidos resultantes de diferenças temporais entre o momento em que os custos e proveitos são reconhecidos contabilisticamente e o momento em que são reconhecidos para efeito de apuramento da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

O Conselho de Administração: *Vitor José Magalhães Assunção*, presidente — *José Eugénio Soares Vinagre*, administrador — *Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa* — administrador-delegado — *Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, vice-presidente — *João Arnaldo Rodrigues de Sousa*, vice-presidente — *Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, administrador — *Hélder José Mendonça Braz*, administrador.

### Certificação legal e relatório de auditoria das contas consolidadas

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 2003, da Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003 (que evidencia um total de 40 606 669 euros e um total de capital próprio positivo de 875 915 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1 811 253 euros), as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade da administração:

a) A preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;

b) A informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) A adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) A manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;

e) A informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados;

f) A informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para

os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração (ou órgão equivalente), utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras;

A apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 — O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

8 — *Ênfases*. — Sem afectar a opinião expressa chamámos a atenção para o seguinte:

8.1 — No corrente exercício uma das empresas incluídas na consolidação, procedeu à reavaliação livre dos imóveis de que é proprietária, com base em parecer técnico elaborado por avaliadores independentes. Desta avaliação resultou, após a contabilização de um passivo por impostos diferidos no montante de 464 920 euros, uma reserva de reavaliação no montante de 1 225 699 euros.

8.2 — No presente exercício foram capitalizados por uma empresa do grupo, 2 156 361 euros relativos a projectos desenvolvidos durante o ano. Essa mesma empresa procedeu ao abate na conta de despesas de investigação e desenvolvimento do montante de 2 507 048 euros, referente a projectos de desenvolvimento de novas tecnologias, em virtude dos mesmos não terem gerado até ao presente exercício quaisquer proveitos associados. Deste montante, foi reflectido em resultados transitados o valor de 2 137 031 euros.

8.3 — Os capitais próprios das empresas, Comtrading, S. A., S3, S. A., Dez, S. A., Think, L.<sup>da</sup>, Audio Média, S. A., e Tecnotron, S. A., incluídas na consolidação encontram-se negativos. Estes montantes encontram-se reflectidos na rubrica de diferenças de consolidação.

7 de Maio de 2004. — Moreira, Valente & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José de Oliveira Moreira*, revisor oficial de contas.

### Relatório do conselho fiscal

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 508.º-D, do Código das Sociedades Comerciais, foram nos apresentadas para exame as contas consolidadas do exercício de 2003 da Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A., que compreendem o balanço consolidado, a demonstração dos resultados e o anexo a estas duas peças contabilísticas, bem como o respectivo relatório consolidado de gestão.

Procedemos à apreciação dos citados documentos, juntamente com a correspondente certificação legal das contas que aqui se dá por reproduzida e com a qual concordámos.

Por unanimidade, foi deliberado emitir relatório e propor que as contas consolidadas e o relatório consolidado de gestão do exercício de 2003 sejam aprovados pela assembleia geral a que alude o artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

7 de Maio de 2004. — O Conselho Fiscal: *António José Caeiro Motta Veiga*, presidente — *José Manuel de Azeredo Vaz Pinto* — Moreira, Valente & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José de Oliveira Moreira*, revisor oficial de contas.

### Acta n.º 37 da assembleia geral

Aos 24 dias do mês de Maio de 2004, pelas 12 horas, na sede social na Avenida José Gomes Ferreira, 13, em Miraflares, Algés, reuniu a assembleia geral anual da Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A., sociedade anónima com o capital de 15 000 000 de euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o n.º 15 482, pessoa colectiva n.º 500069891, estando presentes ou representados accionistas detentores de 2 142 956 acções equivalentes a 71,43% do capital social, bem como os membros do conselho de administração, Vítor Assunção, Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção, José Eugénio Soares Vinagre, Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa, João Arnaldo Rodrigues de Sousa, conforme melhor consta da lista de presenças que ficará a fazer parte do processo desta assembleia.

Por ausência do presidente da mesa da assembleia geral, assumiu a presidência o respectivo vice-presidente, Luís Frederico Redondo Lopes, secretariado pela secretária da sociedade, Cláudia Raquel de Amaral e Costa Dengucho.

Aberta a sessão, o presidente, depois de conferir a lista de presenças, disse encontrar-se a assembleia reunida nos termos legais, pelo que a considera legalmente constituída e em condições de validamente deliberar sobre os assuntos constantes da ordem do dia, tendo lido de seguida a respectiva convocatória a qual tem o seguinte teor:

Convoco os senhores accionistas para reunirem na sede social na Avenida José Gomes Ferreira, 13, no dia 24 de Maio do corrente ano, pelas 12 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Discutir e deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2003 e os relatórios do conselho fiscal e do revisor oficial de contas e respectivos pareceres;

2.º Discutir e deliberar sobre o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício de 2003 e os relatórios do conselho fiscal e do revisor oficial de contas e respectivos pareceres;

3.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

4.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

5.º Deliberar sobre uma proposta apresentada pelo conselho de administração nos termos e para os efeitos dos artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais;

6.º Deliberar sobre uma proposta apresentada pelo conselho de administração para a sua redução de sete para cinco membros;

7.º Deliberar sobre uma proposta apresentada pelo conselho de administração para que este fique autorizado a, quando entender oportuno, alterar a divisão do capital social para 15 000 000 de acções com o valor nominal de 1 euro cada e praticar os demais actos relacionados com tal alteração;

8.º Discutir e deliberar sobre outros assuntos de interesse para a sociedade.

Durante os 15 dias anteriores à data da assembleia serão facultados à consulta dos accionistas, na sede social, os elementos de informação preparatória previstos na lei.

Requisitos para participação e exercício do direito de voto:

Só podem assistir e participar na assembleia, além dos membros dos corpos sociais e do representante comum dos obrigacionistas, os accionistas que possuam o mínimo de 100 acções, quantidade a que corresponde um voto, e que, até ao oitavo dia útil anterior à data da reunião, possuam acções averbadas ou registadas em seu nome ou depositadas na sociedade ou numa instituição competente para o efeito e este comunique tal depósito à sociedade dentro do aludido prazo com a indicação de que ficam cativas até ao encerramento da assembleia;

Um accionista só pode fazer-se representar em assembleia geral por cônjuge, ascendente ou descendente, por um membro do conselho de administração ou por outro accionista, salvo os accionistas que forem pessoas colectivas, os quais poderão delegar a sua representação em quem entendem;

Os instrumentos de representação voluntária de accionistas, quer sejam pessoas singulares ou colectivas, deverão ser entregues ao presidente da mesa da assembleia geral até três dias úteis antes do dia da reunião.

Os accionistas podem votar por correspondência nos termos do artigo 22.º do Código dos Valores Mobiliários, processando-se o voto da seguinte forma:

O subscrito contendo as declarações de voto deve ser dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral e entregue na sede social ou para ai enviado por carta registada com aviso de recepção;

Tal subscrito deve dar entrada na sociedade até três dias úteis antes da data da reunião.

O mesmo subscrito deve conter:

1 — As declarações de voto, uma para cada ponto da ordem de trabalhos, em subscrito fechado e independente com a indicação exterior do ponto da ordem de trabalhos a que se destina;

2 — Carta dirigida ao presidente da mesa, com a assinatura notarialmente reconhecida, manifestando a vontade de votar.

13 de Abril de 2004. — Pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral. — A Secretária da Sociedade, *Cláudia Raquel Dengucho*.

Dispensada pela assembleia a leitura do relatório de gestão e das contas do exercício e documentos anexos quer individuais quer consolidados por já serem do conhecimento dos accionistas, o presidente da mesa pôs em análise e discussão em conjunto os pontos 1.º e 2.º, embora a votação se realizasse ponto por ponto.

O vice-presidente da mesa da assembleia geral, deu então a palavra ao presidente do conselho de administração, Vítor Assunção, que, dirigindo-se aos accionistas presentes afirmou que a actual situação económica financeira da sociedade, não se deve a uma situação de crise desta, mas é causa directa da situação quer nacional quer internacional. Proferiu ainda palavras de confiança no futuro desta sociedade, afirmando que se trata de uma fase que, em tudo o quanto estiver ao alcance da sociedade, será fortemente combatida, terminando a sua breve intervenção passando a palavra aos administradores Rodrigues de Sousa e Afonso Chaby.

Tomou a palavra o administrador Rodrigues de Sousa, que disse: ao longo destes últimos quatro anos, várias foram as medidas tomadas por esta sociedade com o objectivo de ultrapassar as diversas crises que foram surgindo. Frisou que os resultados líquidos nos últimos anos são praticamente idênticos. No ano de 2003 o volume de negócios é, por comparação com o ano anterior, mais baixo, pelo que houve a necessidade e conforme o já esclarecido aos accionistas em anteriores assembleias gerais, de adoptar medidas no tocante aos custos (redução dos mesmos).

Tais medidas tiveram o efeito prático pretendido, nomeadamente no tocante à dívida à banca que tem vindo a diminuir. Ainda, agora quanto à redução de custos com o pessoal (redução de efectivos) foi conseguida sempre mediante acordos celebrados com os trabalhadores. Após esta breve exposição deu a palavra ao Afonso Chaby que acompanhou a sua exposição oral com projecção de *slides* vindo a explicar, de forma mais detalhada, o conteúdo das anteriores intervenções.

Após esta intervenção e uma vez que mais ninguém pretendeu intervir, o presidente da mesa tomou a palavra e, sublinhou a opinião expressa pelo conselho fiscal no respectivo parecer no sentido de recomendar a aprovação dos documentos postos à consideração dos accionistas.

Dado mais ninguém ter pretendido usar da palavra o vice-presidente da mesa colocou os documentos relativos ao ponto 1.º da ordem do dia à votação, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

De imediato se entrou no ponto 2.º da ordem dos trabalhos e igualmente foi submetido à assembleia para discussão e aprovação o relatório consolidado de gestão, o balanço e demais contas consolidadas do exercício, bem como o relatório e parecer do conselho fiscal e do revisor oficial de contas.

Uma vez que as contas consolidadas já tinham sido apresentadas e explicadas e como mais ninguém pretendeu usar da palavra, o presidente da mesa, colocou os documentos à votação, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

Entrou-se depois no ponto 3.º da ordem dos trabalhos, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, proposta que consta no relatório do conselho de administração que foi aprovada, esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Nestes termos, o resultado líquido do exercício terá a seguinte aplicação:

Resultados transitados — (689 124,13) euros.

Passando-se ao ponto 4.º da ordem dos trabalhos, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, do teor seguinte:

Considerando:

1 — Os elementos constantes do relatório, balanço e contas do exercício de 2003 e a forma clara e correcta da sua apresentação, bem como os termos e conclusões do parecer do conselho fiscal;

2 — A actividade desenvolvida pelos órgãos da administração e fiscalização da sociedade durante o exercício anterior, tal como se verifica através dos dados colocados à vossa disposição e das informações obtidas.

Propõe-se:

Que nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 376.º e do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, a assembleia manifeste e fique exarado na acta desta assembleia o seu apreço pelo modo como foram realizadas a administração e fiscalização da sociedade durante o ano de 2003 e, consequentemente, seja deliberado um voto de confiança nos órgãos da administração e da fiscalização bem como nos respectivos membros.

Tendo sido admitida a proposta foi, sem discussão, aprovada por unanimidade.

Entrando-se no ponto 5.º da ordem dos trabalhos, deliberar sobre uma proposta apresentada pelo conselho de administração nos termos e para os efeitos dos artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais, que seguidamente se transcreve:

Considerando o eventual interesse dos accionistas em a sociedade poder, dentro dos limites legais, adquirir e alienar acções próprias assim contribuindo não só para uma estabilização da sua cotação mas também para evitar ou atenuar efeitos especulativos:

Propõe-se que:

Nos termos do disposto nos artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais se autorize o conselho de administração a, em prazo não excedente a 18 meses a contar da data da deliberação da assembleia geral que recair sobre a presente proposta, adquirir ou alienar acções próprias, até ao máximo de 10% do número total de acções emitidas, desde que tais operações sejam efectuadas através das bolsas de valores, de instituições devidamente autorizadas ao seu registo ou, ainda, nos moldes preceituados na alínea a) do artigo 128.º do Código do IRS e desde que, nos dois últimos casos, os valores das operações não se afastem mais de 10% da cotação verificada nas bolsas na data das referidas operações.

Tendo sido admitida a proposta e uma vez que ninguém pretendeu usar a palavra, foi esta aprovada por unanimidade.

Entrando-se no ponto 6.º da ordem dos trabalhos, deliberar sobre uma proposta apresentada pelo conselho de administração para a sua redução de sete para cinco membros, a qual se transcreve:

Considerando que:

Na assembleia geral ordinária de 26 de Maio de 1998 foram eleitos sete membros para o conselho de administração o qual se viu, assim alargado de cinco para sete membros, tal como o previsto no artigo 16.º do contrato de sociedade;

Se vivia, então, um período de forte crescimento da actividade da sociedade com volumes de negócios que tinham praticamente duplicado o que vinha sendo habitual, justificando plenamente o alargamento então aprovado;

Se atravessa actualmente, desde há cerca de três anos a esta parte, uma situação diametralmente oposta, com uma forte retracção da economia, não apenas a nível nacional mas mesmo mundial, a qual, naturalmente, se reflectiu na sociedade, como está patente nas suas contas e em momentos próprios se teve oportunidade de explicar, tendo o nível de actividade regredido e acabado por se estabilizar a níveis idênticos aos que prevaleciam anteriormente ao período de crescimento acima referido;

Recentemente dois membros deste conselho, por razões de ordem pessoal, apresentaram pedidos de renúncia aos cargos.

Propõe-se que:

Pelas razões acima aduzidas, se aproveite a oportunidade para reduzir o número de membros do conselho, que passará a ser, novamente, de cinco, mantendo-se em exercício os restantes membros eleitos, até ao fim do mandato em curso.

Assinam Ana Mafalda Assunção e Rodrigues de Sousa, na qualidade de vice-presidentes do conselho de administração.

Como ninguém quis usar da palavra, o vice-presidente da mesa da assembleia geral, colocou de imediato a proposta à consideração da assembleia que a aprovou por unanimidade.

Entrando-se no ponto 7.º da ordem de trabalhos, deliberar sobre uma proposta apresentada pelo conselho de administração para que este fique autorizado a, quando entender oportuno, alterar a divisão do capital social para 15 000 000 de acções com o valor nominal de um euro cada e praticar os demais actos relacionados com tal alteração, cujo teor se transcreve:

Considerando que:

Face à diminuta liquidez das acções da sociedade no mercado de capitais, tem sido preocupação do conselho de administração tomar medidas no sentido de contrariar essa característica, nomeadamente, pela intervenção no mercado e pelo recurso à celebração de contratos de liquidez;

Com a redenominação do capital para euros este passou a ter o valor de 15 000 000 de euros e ficou dividido em 3 000 000 de acções do valor nominal de 5 euros cada;

O conselho de administração admite que um valor nominal das acções mais baixo e, consequentemente, um maior número de acções representativas do mesmo capital, poderá conduzir a uma maior liquidez do papel;

Se julga útil alterar o valor nominal de cada acção para 1 euro, em vez dos actuais 5 euros, procedendo-se à substituição de cada uma das mais antigas acções por cinco novas acções, mantendo-se, o capital social nos 15 000 000 de euros;

O facto das acções se encontrarem já desmaterializadas facilitará tal operação.

Propõe-se que:

Fique o conselho de administração autorizado a, quando entender oportuno, alterar a divisão do capital social para 15 000 000 de acções com o valor nominal de 1 euro cada;

A proceder à apropriada alteração do contrato de sociedade;

A tomar as medidas necessárias para reflectir tal alteração junto da Euronext.

Assinam Ana Mafalda Assunção e Rodrigues de Sousa, na qualidade de vice-presidentes do conselho de administração.

Dando a palavra aos accionistas para, querendo, se pronunciarem, foi esta proposta posta a votação. Aprovada por unanimidade.

O vice-presidente da mesa deu a palavra à assembleia para que esta se pronunciasse sobre outros assuntos de interesse para a sociedade.

Pedi então a palavra José Eugénio Soares Vinagre para, na qualidade de administrador informou os accionistas que, ao abrigo do disposto no artigo 35.º, n.º 3 do Código das Sociedades Comerciais, os membros da administração iriam apresentar proposta em assembleia geral a convocar daí a 90 dias, mais propondo voto de louvor à mesa assembleia geral pelo modo como tinha conduzido a presente assembleia geral, proposta que mereceu aprovação unânime.

O vice-presidente da mesa agradeceu o voto que acabara de ser aprovado, declarou a sessão encerrada pelas 12 horas e 45 minutos.

Lavrando-se de seguida a presente acta que vai ser assinada pelos membros da mesa.

A Mesa da Assembleia Geral: *Luis Frederico Redondo Lopes*, vice-presidente — *Cláudia Raquel de Amaral e Costa Dengucho*, secretária.

2003146962